

Convocatória para um dossiê temático – dezembro de 2021

Geografias indígenas no Brasil

Coordenadores

Roberta ARRUZZO

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ
betarruzzo@hotmail.com

Emerson Ferreira GUERRA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ
roptyc@gmail.com

Bastien SEPULVEDA

TVES – E.A. 4477, Programme ACHN-ANR
Université de Lille
bastien_sepulveda@yahoo.fr

Este dossiê busca evidenciar como os debates que a geografia vem desenvolvendo, especialmente acerca da construção do espaço e de conceitos como território e territorialidade, podem contribuir para aprofundar a compreensão das realidades territoriais de povos indígenas no Brasil. Através de trabalhos procedentes de distintas áreas da geografia, várias situações territoriais, formuladas a partir de diversos campos temáticos e teóricos, tanto da geografia como provenientes de disciplinas afins, buscamos uma aproximação e um diálogo fértil entorno de análises comparativas que proporcionem um melhor entendimento das geografias indígenas no Brasil. Propomos, para tanto, estruturar esse debate em três eixos temáticos principais e complementares:

1 – Colonização e (des)ordenamento territorial

A construção do Estado-nação na América Latina se desdobrou em contraposição aos povos indígenas que já viviam nessas terras e que, desde os primeiros contatos com as frentes de colonização sofreram perdas e danos de todos os

tipos. Vários povos, culturas e línguas desapareceram e os que resistiram viram seus parentes serem dizimados por doenças, massacres e por incessantes conflitos que ainda permanecem nesse início de século. As terras que os povos indígenas ocupavam tradicionalmente foram reduzidas por um processo contínuo de desterritorialização para a territorialização de novos habitantes com diferentes modos de ocupação e produção do espaço, em uma lógica predominantemente capitalista que, por sua vez, contrastava com a presença indígena.

Nesse contexto as terras ocupadas por povos indígenas constituem um mosaico fragmentado e descontínuo equivalente a pequenas porções de seus territórios, anteriormente, mais extensos. A redução e fragmentação territorial são portanto os principais responsáveis pela desestruturação parcial ou total de seus sistemas produtivos desenvolvidos conforme as especificidades dos seus ambientes naturais. As políticas públicas e medidas relativas ao ordenamento desses territórios, como são as Terras Indígenas, geraram um efeito reverso de desordenamento dos territórios indígenas. Cercar os direitos territoriais indígenas facilita e legitima, ao mesmo tempo, a exploração de todos os recursos que se encontram fora dos limites estabelecidos.

Esse primeiro eixo de trabalho busca evidenciar e analisar as lutas de resistência dos povos indígenas e suas estratégias (articulação e de participação em movimentos sociais, organização sócio-política e territorial, construção de redes sociais, etc.) para conter esses processos de desordenamento territorial e suas consequências. Buscaremos discutir as diversas formas que povos e comunidades indígenas do Brasil vêm questionando em suas reivindicações toda uma história marcada pelo colonialismo e pela usurpação. Será dada atenção especial ao conceito de “autonomia” e seus vínculos com o conceito de “território”, considerando a diversidade de regimes de autonomia territorial indígena, propostos e/ou implementados, em distintas partes do país.

2. Territorialidades e territórios

A noção de territorialidade foi incorporada há algum tempo ao repertório teórico-conceitual geográfico. Se o território sempre nos remete à relações entre espaço e poder, a territorialidade, em suas diversas acepções, evidencia diferentes formas de apropriação do espaço. Ou seja, pressupõe a existência de uma grande variedade de significados espaciais e formas de vínculos entre poder e espaço.

Existem numerosos casos que ilustram as interseções de identidades, relações de poder, ideologias, práticas sociais e o rol de agentes e instituições na produção de dinâmicas espaciais em distintas escalas que influenciam na geração de conflitos. No Brasil, podemos mencionar, por exemplo, a expansão das atividades

vinculadas ao “agronegócio” que, muitas vezes, são acompanhadas de um forte discurso desenvolvimentista que contribui para invisibilizar a presença de grupos humanos e seus espaços vividos, considerados como “vazios”. É de fundamental importância que a geografia contribua para reconhecer e valorizar a heterogeneidade de territorialidades e usos do espaço, ao invés de contribuir para sua invisibilização.

Este segundo eixo temático se propõe, assim, a comparar as ações de reterritorialização indígena e seus significados em distintas regiões do Brasil, em contraste com formas de apropriação territorial das atividades vinculadas ao agronegócio e ao extrativismo. Fazendo uso do conceito de territorialidade, se espera desvelar os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização que sustentam essas dinâmicas. Assim, partindo da premissa de que a apropriação do espaço pode ser entendida como uma forma de ação sócio-política se buscará compreender a relação existente entre espaço e poder, destacando por sua vez os diferentes significados que se pode atribuir a essa relação.

3. Cartografia e colonialidade do saber geográfico

Validada como “a” forma de representação do espaço por excelência, a cartografia é considerada como um saber técnico, enquanto é, na verdade, um saber político. Os raciocínios centrados no espaço são produzidos pela pluralidade de atores na sociedade, mas apenas aqueles que possuem um rigor técnico e um propósito determinado e materializado em mapas, cuja complexidade implica um acesso restrito apenas para quem detêm esse conhecimento, são aceitos pelas comunidades científicas. Em outras palavras, outras experiências de escrever ou “grafar” (segundo Porto-Gonçalves) a terra (geo-grafia) se vêem sistematicamente descartadas pela razão arrogante do pensamento eurocêntrico. É importante considerar, nesse sentido, que as grafias espaciais hegemônicas são também instrumentos de dominação e opressão de grupos subalternizados e invisibilizados no cenário político onde não se reconhece nem se aceitam outras formas de representar o mundo. A cartografia “oficial” se fez assim, exclusiva e distante da maioria da população.

Pensar a questão territorial indígena no Brasil e na América Latina é pensar também a própria invenção de “América”, que não é mais do que a expressão da cartografia colonial que deslocou e subalternizou as identidades e representações espaciais dos povos originários. Estes povos tinham (e seguem tendo) denominações próprias para referir-se aos seus territórios: por exemplo, Pindorama era o nome que os Tupi designavam o que hoje é o Brasil.

Entretanto, a cartografia segue sendo hoje uma linguagem estratégica e de poder, historicamente institucionalizada e homogeneizada, é importante considerar também as experiências de cartografia social que, desde uma perspectiva indígena, tem se desenvolvido em distintas regiões do Brasil onde, tanto em contextos urbanos como rurais, o mapa tem sido utilizado como uma ferramenta valiosa para visibilizar outras formas de representar o espaço. Partindo do fato de que como seres humanos, somos, estamos e existimos na dimensão espaço-temporal, a cartografia social busca fazer os sujeitos se tornarem participantes na representação consciente, visível e tangível de seu próprio espaço, a partir de suas próprias experiências e saberes espaciais. O mapa se converte assim em uma forma de “representação” da realidade – e não a realidade mesma –, que como tal constitui uma forma de apropriação simbólica, condição de sua apropriação material; o que faz que existam definitivamente muitas formas de representar a realidade espacial.

A partir do que foi exposto, esse terceiro eixo foi proposto para discutir a produção do conhecimento indígena sobre o espaço e os territórios através de experiências cartográficas que valorizem as ontologias e representações do espaço elaboradas desde epistemes historicamente oprimidas. Se buscará enfatizar as formas com que estas experiências tensionam o caráter pretensamente universal do conhecimento moderno, mostrando que a produção e\ou apropriação da ferramenta cartográfica por diversos povos e comunidades indígenas no Brasil a convertem em um instrumento para negociar e resolver disputas políticas.

*

* *

- Para contribuir com este dossiê temático da revista *Confins*, os autores interessados deverão enviar o texto completo de seu artigo aos três coordenadores do dossiê até **10 de Agosto de 2020**, seguindo as normas de publicação da revista, que podem ser encontradas em: <https://journals.openedition.org/confins/35>
- O dossiê deve ser formado por um conjunto de 6 (seis) a 8 (oito) artigos, cuja publicação está programada para Dezembro de 2021.

- Os textos recebidos serão avaliados de acordo com as normas específicas para os dossiês:
 - 1- Leituras dos textos (leitura cruzada) por meio das quais todos os autores lerão os artigos dos demais (sem identificação), podendo fazer sugestões e propor aperfeiçoamentos.
 - 2- Os autores incorporam os ajustes que acharem pertinentes e, dependendo do grau de contribuição, pode ser decidido o estabelecimento de co-autorias.
 - 3- 15 de Janeiro de 2021: os coordenadores encaminharão a um avaliador externo, a solicitação de um parecer para cada artigo.
 - 4- 15 de Maio de 2021: os autores incorporam as sugestões dos pareceristas externos. Em caso de não concordarem com um ou outro ponto, devem elaborar uma explicação e encaminhar aos coordenadores.
 - 5- Os coordenadores releem todos os artigos para avaliar a qualidade/coerência dos mesmos, antes de submetê-los à revista.